

# Se liga na Rocinha! E no Jardim Catarina também!



Abril de 2021 - Informe nº 1 do projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva  
Ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade  
Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI/PUC-Rio  
Diretora: Irene Rizzini (Profª PUC-Rio/DSS) | Coordenadora Executiva: Maria Cristina Bó  
Autores: Eliane Gomes e Leandro de Castro (com o apoio de Antônio Carlos Firmino)  
Editores: Renata Brasil, Irene Rizzini e Malcolm Bush



Este é o primeiro informe do projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva. O projeto tem como objetivo contribuir para os debates e ações relacionados às crianças de 0-5 anos e suas famílias. Estaremos presentes nas comunidades da Rocinha (Rio de Janeiro) e do Jardim Catarina (São Gonçalo). Nosso foco é desenvolver parcerias para melhorar as condições de educação na Primeira Infância!

O projeto é internacional, coordenado pela Universidade de Edimburgo (Escócia). Aqui no Brasil, a coordenação é da professora Irene Rizzini, da PUC-Rio/CIESPI. Mais informações sobre o projeto e sua equipe de pesquisadores podem ser encontradas em: [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br)<sup>i</sup>.

## Consulta às comunidades

Neste informe, apresentamos os resultados de consultas realizadas na Rocinha e no Jardim Catarina. Abordamos dois temas: 1) impactos da pandemia de Covid-19 e 2) iniciativas voltadas às crianças na primeira infância.

Entre setembro e dezembro de 2020, conversamos com pessoas que atuam nessas regiões sobre os desafios de cuidar e trabalhar com crianças na Primeira Infância<sup>ii</sup>. Especialmente nesse período tão difícil que estamos vivendo. A pandemia de Covid-19 agravou desigualdades sociais e dificultou ainda mais a vida das pessoas que vivem em bairros de baixa renda e em favelas. Esse cenário tem provocado medo, incerteza, raiva e tristeza. E o estresse afeta a saúde mental de todos, inclusive das crianças.

Vimos a renda das famílias diminuir muito, especialmente daquelas com crianças e adolescentes<sup>iii</sup>. Acompanhamos o aumento da insegurança alimentar e da fome<sup>iv</sup>. O distanciamento social e o acesso limitado à internet, computadores e celulares vêm impedindo que muitas crianças tenham acesso à educação. A escassez e a má-qualidade de hospitais, postos, unidades de pronto atendimento e outros equipamentos da saúde se tornaram evidentes<sup>v</sup>. Percebemos que a precariedade da moradia de muitas famílias pode matar. Cômodos pequenos e casas lotadas impedem o isolamento em caso de suspeita de contaminação. Sem acesso à água e

esgoto tratados, cuidar da saúde é uma tarefa muito mais difícil.

Por outro lado, a resistência das comunidades se destacou. Vimos movimentos e organizações locais abraçarem a bandeira do “nós por nós” para cuidar de seus familiares, amigos e vizinhos. Isso sem qualquer apoio governamental<sup>vi</sup>. Diante de tantas urgências, de tantas lutas, as necessidades das crianças na Primeira Infância, por vezes, acabam sendo deixadas de lado. Mas os pequenos também precisam de atenção!

Atualmente, as crianças são consideradas grupo de baixo risco para a Covid-19 porque são pouco afetadas pela doença e a maioria apresenta sintomas leves. Pelo menos isso é o que sabemos até o momento<sup>vii</sup>. Mas as crianças estão sendo muito afetadas pelo isolamento social e pelo confinamento domiciliar. Quando sofrem violência doméstica não podem contar com espaços tradicionais de apoio e convivência, fechados para prevenir a disseminação da doença. Muitas crianças não contam com locais adequados e amigos para brincar em casa. Não têm estímulos ou orientação para realizar atividades que contribuem para seu desenvolvimento. Não estão recebendo acompanhamento médico adequado ou seguindo o calendário de vacinação. E muitas gestantes estão sem acesso às consultas pré-natais<sup>viii</sup>.

Sabemos que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano.

Por isso, convidamos vocês a conhecer os desafios de oferecer atendimento e cuidar de crianças nas comunidades da Rocinha e do Jardim Catarina, especialmente em tempos de pandemia.

### **Cenários: Rocinha e Jardim Catarina**

A Rocinha fica localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Ela é considerada a maior favela do país, com mais de 69 mil habitantes e de 25 mil domicílios. Só de crianças de 0-6 anos são 8.026<sup>ix</sup>. A falta de saneamento básico e a baixa circulação de ar e de ventilação em becos e vielas fazem da região um ambiente propício para a disseminação do Coronavírus. Não é à toa que especialistas consideram que os moradores da Rocinha têm alto risco de contaminação pela Covid-19<sup>x</sup>. A favela é a terceira com maior número de contaminações no município do Rio de Janeiro. Foram registrados 1.162 casos<sup>xi</sup>.

O Jardim Catarina fica localizado na região de Monjolos, em São Gonçalo. Ele é considerado o maior loteamento da América Latina pelo seu grande número de domicílios. São 24.781 moradias, 73.042 habitantes e 6.620 crianças de 0-6 anos<sup>xii</sup>. O bairro também sofre com problemas de infraestrutura e urbanização, especialmente por sua insuficiente rede de água e esgoto. Assim como a maior parte das regiões onde mora a população de baixa renda, o loteamento tem problemas com educação, saúde, emprego e renda, estrutura viária, transporte público e exposição da população à violência armada. O cenário piora no que diz respeito à Covid-19. Em setembro de 2020, o bairro apresentava o maior número de casos no município de São Gonçalo. Foram identificadas 2.247 pessoas afetadas diretamente pela doença<sup>xiii</sup>.

## **Resultados**

### **1) O impacto da pandemia de Covid-19**

Na Rocinha e no Jardim Catarina percebemos que as crianças e suas famílias tiveram suas vidas alteradas pela pandemia de diferentes formas. Muitas crianças estão com a saúde emocional abalada, diante do medo de se contaminar e do afastamento da escola. Seus comportamentos passaram a refletir o estresse e as dificuldades de permanecer em casa cumprindo medidas de prevenção.

*“O meu afilhado tem três anos e meio e ele tem um senso supercrítico, perguntando de um tudo. E ele é uma criança que estava apavorada. Ele não conseguia sair sem máscara. Ele lembrava mais do que os próprios adultos. (...) Eu já acho que essa criança já cresce com essa palavra medo, morte, distância, não abraça, não fica perto, não pode chegar perto da mamãe”<sup>xiv</sup>.*

Em relação aos adultos, as/os entrevistadas/os relataram principalmente as perdas financeiras que sofreram com o aumento do desemprego. Muitas famílias viram sua renda diminuir ou desaparecer. E alguns passaram a depender exclusivamente do auxílio emergencial do governo para sobreviver. Ainda assim, moradores mencionaram dificuldades para acessar o benefício. Tanto na Rocinha quanto no Jardim Catarina, iniciativas locais foram fundamentais para minimizar esses desafios.

Na Rocinha, as ações para reduzir os impactos da pandemia partiram, na maioria dos casos, dos próprios moradores e de suas redes de solidariedade internas e externas<sup>xv</sup>. Essas redes consultaram os moradores, arrecadaram doações e organizaram a distribuição dos recursos disponíveis para a comunidade. Profissionais de saúde também contribuíram para essa iniciativa e ajudaram na distribuição de máscaras, álcool em gel, produtos de higiene e limpeza e cestas básicas.

No Jardim Catarina, as entrevistas revelaram que as iniciativas locais de distribuição de alimentos e itens de higiene foram pontuais e não foram organizadas coletivamente. A comunidade não se sentiu ouvida e parte das/os entrevistadas/os não identificou nenhuma ação deste tipo desenvolvida na comunidade.

As/os entrevistadas/os, em ambas as comunidades, apontaram que as ações promovidas pelos governos foram ineficazes e insuficientes para responder às demandas dos moradores. Elas/es não foram consultadas/os sobre suas necessidades e urgências. Como exemplo, temos a instalação de pias comunitárias em pontos estratégicos da Rocinha. A Prefeitura, responsável por essa instalação, não considerou o problema crônico de falta d'água na comunidade. Resultado: a maioria das pias nunca funcionou.

Outro exemplo de fragilidade no atendimento oferecido à população foi a distribuição dos cartões alimentação às famílias

com crianças matriculadas nas escolas do município do Rio de Janeiro. As famílias não receberam informações e tiveram dificuldades para acessar o benefício<sup>xvi</sup>. Em São Gonçalo, a proposta da Secretaria de Educação foi distribuir cestas básicas através das escolas. Mas nem todas receberam o benefício e, por isso, muitas famílias não tiveram acesso aos alimentos. As creches comunitárias do Jardim Catarina, por exemplo, tiveram dificuldades para acessar as cestas básicas e garantir a distribuição local, de acordo com uma/um de nossas/os entrevistadas/os.

Outra reclamação sobre a ação governamental foi sobre a falta de informações sobre a pandemia e de ações de conscientização. Entrevistas revelaram que a população tem dificuldade para cumprir os protocolos de segurança. No Jardim Catarina, o uso de máscaras e o isolamento social apareceram como desafios, pois as pessoas não acreditam que podem se contaminar. Um absurdo já que o bairro apresenta um número altíssimo de contaminados.

Precisamos destacar que o fechamento de creches e escolas foi um dos elementos que mais afetou a vida das famílias. Pais e responsáveis tiveram que acessar suas redes de apoio e deixar as crianças sob os cuidados de parentes e vizinhos. No caso da Rocinha, as explicadoras particulares foram citadas como alternativa para as famílias que podiam pagar por esse serviço. Além disso, quando a pesquisa foi realizada, algumas creches particulares estavam voltando a funcionar com um número reduzido de crianças e em horário ampliado.

## 2) As iniciativas voltadas às crianças na primeira infância.

Em nossa pesquisa, buscamos identificar as iniciativas que atendem às crianças na Primeira Infância na Rocinha e no Jardim Catarina. Descobrimos que ambas as comunidades prestam pouca atenção às necessidades das crianças pequenas.

Entre os principais desafios no atendimento a essa população, destacamos: a falta de espaços de lazer; escassez de vagas em creches e pré-escolas; a ausência de serviços especializados; e a existência de poucas informações, ações e projetos sobre os direitos e a proteção das crianças.

Em relação aos espaços de lazer, por exemplo, eles são poucos e malcuidados. As crianças acabam expostas a acidentes e à violência quando são obrigadas a brincar nas ruas, becos e vielas das comunidades. Esse problema é anterior à pandemia de Covid-19, assim como a falta de vagas em creches. Todas as crianças têm direito à educação, inclusive as menores de 6 anos. A luta para que todas elas tenham acesso gratuito à creche faz parte da história da maior parte de nossas/os entrevistadas/os na Rocinha e no Jardim Catarina. As creches comunitárias são espaços de referência fundamentais em ambas as comunidades e contribuem para o cuidado das crianças pequenas. Segundo as/os entrevistadas/os, o problema é que as instituições conveniadas com as Prefeituras passam por problemas financeiros há muito tempo e, durante a pandemia, houve suspensões de pagamento que agravaram a situação.

Sobre os demais serviços disponíveis para as crianças, identificamos: equipamentos da saúde, iniciativas religiosas que ofertam acolhimento e atividades variadas, bibliotecas públicas, espaços para a prática de esportes e escolas de música. No entanto, esses serviços foram considerados insuficientes para atender a demanda de toda a comunidade. Sobre isso, uma diferença foi identificada entre as comunidades pesquisadas. Na Rocinha, existem ONGs e projetos sociais para as crianças na Primeira Infância, mas, no Jardim Catarina, as/os entrevistadas/os relataram a falta de iniciativas desse tipo no bairro.

Um dos depoimentos coletados mostra claramente os desafios de se pensar a criança na Primeira Infância na cidade, como sujeito de direitos:

*“Quando a gente pensa em Primeira Infância (...) a gente pensa na primeira infância como um todo. (...) Deveria ter um conjunto de políticas que dê suporte para essa Primeira Infância. Aqui em São Gonçalo, quando você fala em Primeira Infância, as pessoas pensam em creche comunitária. (...) Então, a gente vem ao longo de algum tempo (...) tentando fazer (...) um trabalho de despertar a cidade pra fazer uma política da Primeira Infância, para Primeira Infância, que contemple saúde, educação, lazer, tudo mais”.*

Nesse sentido, embora as creches e seus órgãos representativos exerçam um papel

fundamental nas comunidades<sup>xvii</sup>, a defesa dos direitos das crianças precisa de reforços. Na Rocinha, iniciativas como o Centro de Criação da Imagem Popular (CECIP), o Centro de Assessoria ao Movimento Popular (CAMPO) e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio) contribuem para essa luta. Elas assessoram creches e/ou realizam pesquisas e projetos que ajudam na divulgação de informações e na realização de ações voltadas para o desenvolvimento das crianças na Primeira Infância. O CAMPO atua também no Jardim Catarina.

Nessas consultas e conversas iniciais, descobrimos semelhanças e diferenças entre as

maiores comunidades do Rio de Janeiro e de São Gonçalo no que se refere à atenção dada às crianças na Primeira Infância.

Mas esse foi só o começo! Temos muitos planos para o projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva. Em breve traremos novas informações! Queremos dialogar com outros moradores sobre os desafios de ser criança pequena na Rocinha e no Jardim Catarina. E vamos consultar os profissionais que atuam nessas comunidades também. Se você tiver interesse em conversar conosco, entre em contato pelo e-mail: [primeirainfanciaciespi@gmail.com](mailto:primeirainfanciaciespi@gmail.com) ou whatsapp: 98266 7045.

<sup>i</sup> O projeto é desenvolvido com apoio do UK Global Challenges Research Fund (GCRF), Reino Unido.

<sup>ii</sup> Foram realizadas 9 entrevistas (Rocinha: 4 e Jardim Catarina: 5) por telefone, internet e presencialmente (tomadas as devidas precauções em relação à pandemia de Covid-19). As entrevistas, com roteiros de 10 perguntas, foram autorizadas e gravadas.

<sup>iii</sup> Mais da metade da população brasileira (55%) viu sua renda familiar diminuir durante o período da pandemia. Entre aquelas famílias com crianças de 0-17 anos, 63% passaram por essa situação (UNICEF. Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes – Relatório de Análise - 1ª onda, 2020).

<sup>iv</sup> “A fome nos matará antes da Covid-19” (BRASIL DE FATO, 2020).

<sup>v</sup> Ainda assim, o Sistema Único de Saúde salvou vidas, garantindo gratuidade de acesso a atendimentos médicos e à vacina.

<sup>vi</sup> Estudos e pesquisas sobre os movimentos populares nas periferias, bairros populares e favelas revelam a importância de suas lutas contra as históricas e persistentes desigualdades e injustiças sociais que impactam a vida da população. Esses estudos demonstram também a reduzida presença do Estado no que se refere à garantia dos direitos daqueles que moram nessas áreas. O termo “Nós por nós” representa a mobilização de moradores desses locais a seu favor e de seus familiares e vizinhos.

<sup>vii</sup> O “Guia de saúde mental pós pandemia no Brasil” (RODHE, 2020) afirma que os casos diagnosticados em crianças e adolescentes ficam entre 1% e 5% e a maioria apresenta sintomas leves. O “Boletim epidemiológico especial nº 49” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021) informa que, entre os dias 31/01/21 e 06/02/21, foram hospitalizadas 1.039 pessoas com idades entre 0-19 anos, sendo que 67 vieram a falecer. 36 tinham entre 0-5 anos.

<sup>viii</sup> “Dimensões de direitos humanos na resposta à COVID-19” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020); “O Covid-19 também é perigoso para crianças e adolescentes” (CHILDHOOD BRASIL, 2020); e “Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes – Relatório de Análise - 1ª onda” (UNICEF, 2020).

<sup>ix</sup> Dados do Censo 2010 (IBGE, 2010). Mas há controvérsias sobre esses números. Em março de 2010, a Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro realizou um Censo Domiciliar na Rocinha, contabilizou 73.410 habitantes e estimou cerca de 98.319 pessoas, considerando as recusas e as residências onde ninguém foi encontrado ([PAC Rocinha Domiciliar Final 16032010.xls \(ciespi.org.br\)](#)). Moradores também acreditam que a população local seja maior, com cerca de 100 mil habitantes ([G1 - Maior favela do país, Rocinha discorda de dados de população do IBGE - notícias em Rio de Janeiro \(globo.com\)](#)).

<sup>x</sup> Dados do “Boletim epidemiológico do Centro de Operações de Emergência da Prefeitura”, de 22 de janeiro de 2021.

<sup>xi</sup> Painel “Covid-19 nas favelas”, atualizado em 28 de fevereiro de 2021. <https://painel.vozdascomunidades.com.br/>

<sup>xii</sup> Dados do Censo 2010 (IBGE, 2010).

<sup>xiii</sup> Os dados públicos sobre a Covid-19 em São Gonçalo, disponibilizados pela Prefeitura, a partir da Divisão de Vigilância Epidemiológica, não informam mais os casos acumulados por bairros da cidade.

<sup>xiv</sup> Os depoimentos apresentados são de moradores e/ ou de pessoas que trabalham na Rocinha e no Jardim Catarina. Omitimos seus nomes para garantir sua privacidade.

<sup>xv</sup> Essas redes são formadas por associações, coletivos, ONG’s, creches, universidades e iniciativas religiosas, culturais, artísticas e esportivas. Suas ações coletivas e auto-organizadas visam promover acesso à informação, à segurança alimentar e a formas de prevenção e combate a Covid-19. Atuam também reivindicando políticas públicas efetivas.

<sup>xvi</sup> Fonte: G1 notícias, 2020 ([Famílias de alguns alunos ainda não têm acesso a auxílio alimentação prometido pela Prefeitura do Rio | Rio de Janeiro | G1 \(globo.com\)](#))

<sup>xvii</sup> Na Rocinha, a Associação das Creches e Pré-Escolas Conveniadas Confessionais Comunitárias e Filantrópicas do Município do Rio de Janeiro (ACREPERJ) é o principal órgão representativo das creches conveniadas. Ela conta com 120 creches associadas. No Jardim Catarina, a Associação Comunitária Rosângela Ângelo representa 34 creches comunitárias. Essas associações reivindicam melhores condições de gestão para as creches e qualificação do atendimento na educação infantil.